

AMBULANTES DO BAIRRO DA GLÓRIA: ORDENS E SOCIABILIDADES NO USO DO ESPAÇO PÚBLICO

STREET VENDORS OF GLÓRIA NEIGHBORHOOD: ORDERS AND SOCIABILITIES IN
THE USE OF PUBLIC SPACE

*Venâncio Lázaro Batalhone Neto**

Cite este artigo: NETO, Venâncio. Ambulantes do bairro da Glória: Ordens e sociabilidades no uso do espaço público. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, jan./dez. 2020. Anual. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/habitus.

Resumo: Este artigo propõe uma breve descrição etnográfica de ambulantes do Bairro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro. A metodologia envolveu observações de campo, entrevistas com vendedores e um fiscal da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP), pesquisas em um grupo virtual de moradores e análise de discursos oficiais. Pode-se identificar a ação de um novo design institucional, com criação da SEOP, resultando em políticas de ordenamento com forte apelo à ordem e rigidez na aplicação da lei. No entanto, observa-se na prática certa flexibilidade, em função da mediação dos atores envolvidos, inseridos em um sistema de classificação marcado pela cidadania de geometria variável. Evidencia-se como o discurso de ordem nega outras ordens, sociabilidades locais e o próprio direito à cidade.

Palavras-chave: Ambulantes; ordem pública; cidadania de geometria variável; espaço público.

Abstract: This article proposes a brief ethnographic description of the street vendors of Glória neighborhood. The methodology involved field observations, interviews with vendors and an agent from the Special Secretariat of Public Order (SEOP), searches on a virtual group of residents and analysis of official speeches. One can identify the action of a new institutional design, with the creation of SEOP, resulting in public policies with strong appeal to order and rigidity in law enforcement. However, some flexibility is observed in practice, due to the mediation of the actors involved, inserted in a classification system marked by citizenship of variable geometry. It is evident how the discourse of order denies others orders, local sociabilities and the right to the city itself.

Keywords: Street Vendors; Public order; citizenship of variable geometry; public space.

Este artigo tem por objetivo apresentar uma breve descrição etnográfica de ambulantes do Bairro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro, buscando apreender suas ordens locais e sociabilidades, além da análise da ação governamental e das políticas de ordenamento do espaço público. A metodologia envolveu pesquisa de campo realizada nos meses de junho e julho de 2018, através de observações e entrevistas. Foram ouvidos quatro ambulantes e um fiscal da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP). Para alcançar a percepção de moradores em um espaço curto de tempo, optou-se por entrar em um grupo na rede social Facebook: o “Moradores do Catete, Glória e Largo do Machado”. Foram recolhidas também informações oficiais através da análise de leis, projetos de lei e do sítio Internet da Prefeitura. Por se tratar de uma região com forte presença de ambulantes, frequentemente o discurso oficial sobre o local recorre às noções de desordem e mau uso do espaço público. No entanto, o trabalho de campo trouxe à tona o que a intuição antropológica já poderia desconfiar: uma multiplicidade de atores que se organizam e engendram sociabilidades, redes e circuitos urbanos.

A partir desta descrição, será proposta uma análise dividida em três partes. Primeiramente, apresentarei um histórico das transformações que levaram à formação de um novo design institucional estruturando a ação governamental e as políticas de ordenamento. Embora apele-se pela rigidez na elaboração e aplicação destas políticas, o que se observa é uma relativa flexibilidade em sua construção e manifestações práticas, fruto da mediação dos atores, agentes públicos e sociedade civil. Na sequência, será discutido como a construção de uma certa ordem se dá pelas interações entre indivíduos que se reconhecem dentro de um sistema de classificação, que será analisado através da noção de cidadania de geometria variável e da estruturação do campo das posições sociais. Pierre Bourdieu (2013) aponta para a dupla existência da classe social na forma de duas objetividades que interagem, propriedades materiais e capital simbólico, gerando uma distribuição com diferentes posições no espaço social. Embora haja autonomia relativa das representações e das classificações, elas já levam em conta e tendem a espelhar a distribuição pela homologia entre os campos, contribuindo para sua reprodução e a legitimação das posições de poder. Por fim, será discutido como o apelo a uma certa ordem negligencia a presença de outras ordens e sociabilidades locais. Na análise da distribuição e organização destes trabalhadores, serão mobilizados os conceitos de manchas e circuitos de José Guilherme Magnani. O antropólogo define as manchas como “[...] áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam [...] uma atividade ou prática predominante” (2002, p.22), mais estáveis tanto na paisagem como no imaginário. Os circuitos designam “um uso do espaço e de equipamentos urbanos – possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos” (2002, p. 24), mas de forma mais independente com relação ao espaço.

1. O campo e os entrevistados

Marcos¹ tem 57 anos e mora no conjunto Nova Sepetiba, localizado no Bairro Sepetiba, na Zona Oeste do Rio. Em função da distância, dorme em uma pensão na Rua Santo Amaro, na Glória. Já trabalhou como assistente de caminhão e na limpeza urbana. À medida que se aproximava dos cinquenta anos, foi sentindo a dificuldade de conseguir emprego e resolveu partir para o comércio. Antes de se instalar ali, vendia balas e salgadinhos em ônibus, utilizando um gancho para pendurar na barra onde os passageiros se seguram, muito comum no Rio. Devido ao desgaste físico desta modalidade, resolveu procurar um ponto fixo. Encontrou esse ponto, cuja licença aluga por cinquenta reais semanais do proprietário que obteve esta e outras licenças, segundo ele, em função de sua prioridade legal como pessoa com deficiência. Marcos usa um carrinho metálico, onde vende doces e bebidas. A partir de doações, começou também a vender livros, carregadores de celular e eletroeletrônicos; estes itens são dispostos ao chão, sobre um lençol, assemelhando-se à prática do shopping-chão². Dias antes, tinha ganho também algumas calças jeans. Além da venda dessas mercadorias, presta serviços de guarda de volumes (bolsas, mochilas, capacetes de motociclistas), cobrando dois reais por item de seus clientes, mototaxistas e vendedores de rua. Diz que, por ser portador de uma licença, tem uma relação tranquila com os fiscais da prefeitura: “não sou incomodado”.

Marilene, 47 anos, comercializa goma de tapioca em sua barraca, composta por uma mesa desmontável de madeira. Reside no bairro do Catumbi, em área central próxima a Santa Teresa. Durante a entrevista, mostrou-se à vontade e explicou sua atividade com discurso de empreendedora. É formada como técnica de higiene bucal, já trabalhou como caixa de supermercado e para um vendedor de goma em Copacabana. Neste último emprego, observava erros na condução pelo proprietário e pensava que poderia fazer melhor. Apontava a falta de cuidado com a qualidade do produto e a lida com os clientes como os principais defeitos do ex-chefe. Assim, com a dificuldade em encontrar emprego, decidiu abrir seu primeiro ponto de venda, na Rua do Catete. Em seguida, montou o segundo na Rua da Glória, deixando o primeiro aos cuidados do marido, também desempregado. Escolheu os pontos por conhecer a região, pois já tinha morado por perto. Julgava bom o movimento nas duas ruas, que atribui à presença de empresas, comércios e fluxo de pessoas. Mostra preocupação em ter seu negócio formalizado. Disse ser uma microempreendedora individual (MEI) e comprar as mercadorias com notas fiscais. Segundo ela, busca estar na formalidade como qualquer lojista, mas acredita que o ponto na rua lhe traz maior flexibilidade. Já deu entrada no pedido de licença, mas tem sido demorada a concessão. Fica com o protocolo, enquanto espera pela licença definitiva. Diz que os fiscais da prefeitura têm permitido aqueles que possuem o protocolo trabalhar tranquilamente. Ela atribui esta postura à situação de desemprego, como havia afirmado também o primeiro entrevistado. Mesmo assim, observa que fiscalizam mais os vendedores do tipo shopping-chão, por obstruírem as calçadas e atrapalharem mais, segundo ela.

¹ Os nomes dos vendedores entrevistados foram preservados e os fictícios atribuídos pelo autor.

² Shopping-chão é o termo usado no Rio de Janeiro para uma prática de comércio informal de rua. Vende-se objetos usados, recebidos de doação ou coletados no lixo; normalmente, dispostos sobre um lençol ou tecido.

Cláudia (45 anos) trabalha no shopping-chão praticamente todos os dias, com o atual marido, César. Quando chego, ainda está retirando as mercadorias de duas malas e dispendo-as sobre um lençol ao chão. Diz já ter tido outras ocupações, como atendente em restaurantes e lanchonetes, e na limpeza de apartamentos. Ficava em outro ponto entre a Glória e a Lapa, mas resolveu mudar por causa de conflitos com outros vendedores. Tentou ir para a Rua Riachuelo, onde há uma concentração de shoppings-chão, mas disse que “lá é muita confusão, não dá”. Cogitou ainda a Praça XV, lugar conhecido pela presença desses vendedores, mas soube que algumas pessoas estavam saindo em função da atuação da SEOP e do Centro Presente³, que estariam reprimindo e recolhendo as mercadorias. Finalmente, decidiu ir para o ponto em que está, que julga melhor, com bom movimento.

Recebe pensão do falecido marido, que envia para a filha, universitária no Maranhão. Disse ser beneficiária do programa Bolsa Família e César receberia uma pensão; consegue com o comércio cerca de três mil reais mensais, embora varie com a “qualidade” das mercadorias que dispõe. Mora em um pequeno apartamento próximo dali. Explica-me como faz o “garimpo”⁴. Alguns dias da semana, recolhem o estande e partem para um circuito de “garimpo” compreendendo os bairros de Botafogo e Copacabana. Percorrem as ruas, observando junto aos prédios se há objetos descartados. Caso vejam algo no interior dos prédios, perguntam aos porteiros se podem levar. Já criaram uma rede de porteiros que separam objetos deixados ou doados por moradores. Disse que conseguem malas em bom estado e bom valor de venda e que, naquele mesmo dia, iria buscar cinco delas. “Os porteiros ajudam muito, separam as coisas e ajudam até a carregar”. O casal faz também o “garimpo” diretamente no lixo. É mais trabalhoso e muito mais perigoso, pela presença de objetos perfurocortantes, encontrando de tudo, inclusive itens de maior valor: “Já encontrei aliança, cordão de ouro. As pessoas acabam deixando cair no lixo”. Mesmo dizendo valer o esforço, preocupa-se com o perigo de sofrer cortes e de contaminação. Recebe também doações, citando como exemplo alguns itens ganhados recentemente: um micro-ondas e uma geladeira inox que ainda iria buscar. Compra também de outros vendedores e pessoas em situação de rua, por valores mais baixos (exemplifica dizendo ter comprado uma torradeira por três reais).

A relação com os fiscais é conflituosa. Cláudia relata que há alguns dias, dois deles passaram e “apreenderam” um micro-ondas, um tablet, perfumes e ursos de pelúcia. “Apreenderam nada, roubaram! Porque isso é roubo, não é? Só mercadoria boa. Cada urso mais lindo que o outro”. César dá sua visão: “Não tratam com truculência, são educados, só querem saber quem são os ‘tranquilos’. Eles vêm, tiram fotos de como estava, pedem para retirarmos as coisas, deixar tudo limpo, tiram fotos e vão embora. Aí colocamos tudo de volta, é só para mostrar serviço”. Durante a entrevista, Cláudia aponta para o outro lado da rua: “Olha lá, é a SEOP, já estão chegando”. Avisto um caminhão e uma viatura da

³ O Centro Presente integra a Operação Segurança Presente, convênio da prefeitura do Rio de Janeiro com o Sesc Rio (integrante do Sistema Fecomércio RJ). Os agentes patrulham a cidade e auxiliam as atuações da SEOP.

⁴ O termo garimpo é usado pelos vendedores para denominar a prática de procurar objetos no lixo que ainda possam ter valor. Na fala dos entrevistados, percebe-se que adquiriu um sentido mais amplo, englobando também objetos doados ou descartados, mas não necessariamente encontrados no lixo.

Guarda Municipal. Os transeuntes que passam vão alertando que eles estão vindo pela Rua da Lapa, retirando os shoppings-chão. Os dois contam que alguns moradores, taxistas, outros comerciantes e pedestres costumam avisar da presença da fiscalização. Para ela, é um reconhecimento de que estão ali apenas “ganhando o pão de cada dia”. A relação com os moradores varia: com alguns é boa, reconhecem o trabalho, avisam sobre a chegada dos fiscais e doam objetos; já outros, reclamam e denunciam à SEOP.

Mais à frente, visualizo a equipe da SEOP, composta por um fiscal, uma assistente social, dois guardas municipais e dois garis; além do caminhão para recolher lixo e mercadoria, e a viatura da guarda. Vou ao encontro de um senhor que utiliza despreocupadamente seu celular e pergunto se ele é o fiscal, respondendo-me positivamente. No início, fica na defensiva, mas vai se soltando aos poucos. Diz que a fiscalização ocorre semanalmente, com o objetivo de tirar o lixo que vai se acumulando nas ruas. Digo que estou interessado em colocar uma barraca na rua e que soube que com o protocolo de pedido da licença, não teria problemas com a fiscalização. Ele diz que a informação não procede, mas que não tem apreendido mercadoria dos vendedores, apenas o lixo que alguns deixam nas calçadas. Intrigado pela flexibilidade que o termo “lixo” possa ter, pergunto se as mercadorias dos shoppings-chão estavam sendo retiradas. “Que mercadoria? Isso é tudo lixo, rapaz! Eles amontoam esse monte de lixo nas calçadas e não dá nem para andar direito. A gente só tira lixo das calçadas e dos moradores de rua, que fazem uma bagunça só, amontoam lixo, queimam as coisas. Se a gente não passa, isso aqui é só lixo, urina e dejetos humanos”. No decorrer da operação, os shoppings-chão recolhem seus itens e ficam por ali, esperando a passagem dos agentes. Pergunto ao fiscal: “O senhor não tem a sensação de enxugar gelo? Porque, imagino, depois que vocês se vão, eles colocam tudo de volta”. Ele responde: “Podem por, mas eu vou passar aqui e mandar tirar tudo de novo! Passo aqui todo dia e mando eles tirarem mesmo!”.

Durante a conversa com Cláudia, ela me convidou para tomar um café de sua amiga Margarete (57 anos) que por ali passava. Durante a semana, esta última percorre o trajeto de sua casa, no Catete, até a Rua Riachuelo, na Lapa, vendendo café aos passantes e aos trabalhadores de rua. Aos domingos, no horário de chegada dos feirantes, vende café a estes; na sequência, “faz o shopping-chão” na feira livre da Glória. Praticou esta modalidade na Praça XV por cerca de dez anos e está há quatro na atual localidade. Mora com o marido, que trabalha no setor administrativo de um hospital. No passado, atuava como vendedora em uma loja de velas na Uruguaiana.

Margarete explica-me seu “garimpo”. Consegue os objetos principalmente dos familiares de pessoas falecidas, vizinhos, ou apenas uma doação que chega às suas mãos por meio de conhecidos. O porteiro de seu prédio também separa doações e objetos que moradores deixam com ele ou para descarte. Além de ganhar diretamente dos próprios vizinhos. “Garimpa” também no final da própria feira de domingo. Explica que há várias pessoas que “fazem o shopping-chão”, mas que não têm onde

guardar as mercadorias, seja por estarem em situação de rua ou por não terem mais espaço em casa. Quando a feira vai se encerrando, começam a recolher suas mercadorias, deixando jogados ao chão itens que não querem mais. Os outros passam então “garimpando”. Ela responde afirmativamente quando pergunto se posso acompanhá-la no “garimpo”. Sem que eu chegue a questionar, afirma não “garimpar” no lixo por julgar haver um risco alto de se cortar e contrair doenças. Sobre a organização do espaço, diz que não tem lugar fixo, mas, em geral, aqueles que sempre vão têm seus lugares respeitados. Não pagam pelo ponto (só se quiserem uma barraca na feira principal, por 25 reais), apenas uma contribuição ao homem que faz a segurança tanto deles, quanto da feira regular. Não há valor fixo, paga-se o que quiser, variando entre dois a três reais. Ressalta achar importante a figura do segurança, que impõe certa ordem, sem a qual resultaria em uma “zona, são muito bagunceiros, podia cada um fazer melhor a sua limpeza”.

Margarete diz que quando tem um material bom, consegue “tirar” entre 100 e 150 reais por domingo. Acredita que o Estado poderia construir um lugar específico, talvez em uma praça, dedicado exclusivamente ao shopping-chão. Pergunto se deveria ser com barracas, como os camelódromos. “Barraca? Não! Seria tudo no chão mesmo! É shopping-chão”. Sorrindo, diz ficar a semana toda ansiosa, esperando pelo domingo. “Meu filho, o lixo é maldito! Anota aí, o lixo é uma praga. Quando você entra é difícil sair. Eu ganho até bem. É um prazer ganhar dinheiro com o lixo. É quase como um vício de jogo. Você entra no lixo e não sai mais”. Diz que é o momento de fazermos o “garimpo”, pois no final “fica só o resto mesmo, não aproveita nada”; recolhe suas mercadorias, guardando em sua mala vermelha. Enquanto caminhamos, ela vai analisando os itens abandonados. “Bom mesmo é o Marcelinho, é a melhor barraca aqui. Vamos passar lá e ver se ele já está dando. Durante a semana, ele fica ali na Riachuelo, ele cata muita coisa do lixo, é impressionante. Doa porque não tem mais onde guardar tanta coisa”. Chegamos e ela apresenta-me Marcelinho, um senhor de cabelos longos. De fato, tem uma grande quantidade de coisas. Margarete explica-me que primeiro ele doa para sua ex-esposa e, em seguida, indica aos conhecidos o que podem levar. Ele aponta para um conjunto de DVD’s, vinis e outros objetos, dizendo que ela pode ficar à vontade. Despedimo-nos dele e continuamos. Ela ainda serve café para dois vendedores, antes de decidir partir. Despeço-me de Margarete e agradeço pelo tempo e por tornar visível muitas dinâmicas que o passante despercebido, mesmo em um ambiente familiar, deixaria de notar.

Apesar do curto período de pesquisa, não queria abrir mão de elementos empíricos sobre a visão dos moradores acerca do comércio ambulante na região. Assim, realizei buscas no grupo Facebook “Moradores do Catete, Glória e Largo do Machado”. Como ressalta Farias (2016, p. 182), as “[...] ações sobre as cidades se alicerçam em um modelo de espaço público que se conjuga ao de esfera pública; assim, quando se ordena o espaço, pensa-se em ordenar opiniões, atitudes e movimentos coletivos”. De fato, o principal discurso dos órgãos públicos, o da ordem, parece encontrar eco em uma parcela dos habitantes. Pode-se identificar também a presença de atores políticos como a ex-vereadora Leila do Flamengo e seu filho, Marcelo Maywald, Superintendente de Supervisão Regional da Zona

Sul. Seus discursos são fortemente marcados por questões de ordenamento do espaço público e combate à criminalidade, que estariam, segundo ambos e o discurso oficial, intimamente correlacionados. Em geral, as mais acaloradas discussões se dão em torno do shopping-chão e a venda de hortifrúti na calçada. As opiniões são divididas entre os defensores e os críticos, o que também foi constatado nas entrevistas: de um lado, moradores que apoiam, doam objetos, avisam sobre a chegada dos fiscais; de outro, os que reclamam da obstrução da passagem e fazem denúncias junto à prefeitura. Os defensores, geralmente, apelam para a figura do “cidadão trabalhador”. Já os insatisfeitos, relacionam estes vendedores ao caos, à desordem, ao lixo, à sujeira, mercadorias roubadas, à criminalidade e assaltos na região, ao não pagamento de impostos, odores ruins, discussões e uso de palavrões. Apontam também que estas presenças indesejadas causariam a desvalorização de seus imóveis.

2. Ação governamental e políticas de ordenamento do espaço público

A análise de processos de ordenamento do espaço público da cidade do Rio de Janeiro requer sua devida contextualização. Patrícia Farias (2016), em artigo sobre a operação “Choque de Ordem” nas praias da orla carioca, analisou a crescente atuação governamental no controle e vigilância deste espaço. O estudo foi orientado em dois eixos. O primeiro, acerca das noções de espaço e esfera pública. O segundo, realizando a análise das políticas públicas, a percepção e participação dos diferentes agentes na execução destas políticas. A autora retraza este processo a partir do acolhimento dos Grandes Eventos, que remonta à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Eco-92 (1992), até os Jogos Olímpicos de 2016. Henri Acselrad (2007), ao analisar a associação da noção de sustentabilidade com os debates sobre desenvolvimento das cidades, aponta a Eco-92 e a Agenda-21, resultante deste evento, como momento-chave das rearticulações políticas de atores relacionados com a produção do espaço urbano. Este movimento deu-se em um contexto em que as cidades se tornaram cada vez mais centrais ao processo de acumulação do capital, sendo atravessadas pelos efeitos da reestruturação produtiva, da flexibilização da acumulação e da competição global entre cidades. Estas deveriam ser econômicas não apenas no uso de recursos, mas também em conflitos sociais, requerendo dos agentes envolvidos com o planejamento não somente a organização do espaço urbano, mas também a “pacificação social”, tratando a crise urbana sob a perspectiva da ordem, de uma certa ordem.

Para a cidade do Rio, o ano de 2009 representa um marco nessa trajetória. No primeiro dia do mandato do prefeito Eduardo Paes, é criada a SEOP, que passa a coordenar órgãos até então autônomos. Nas gestões anteriores, a política de “ordenamento a varejo” predominava, com ações pontuais através de instituições não coordenadas, tendo por fim a ordem e a segurança pública (HIRATA, 2014). O surgimento da SEOP significa a passagem a uma política de “ordenamento a atacado”, a partir de um novo design institucional com a “[...] criação de novas secretarias que, através de suas atribuições próprias, reorganizam antigas coordenadorias, subsecretarias, autarquias e outras instituições relacionadas à construção da ordem pública” (HIRATA, 2014, p. 96).

Daniel Hirata propõe a análise das formas de governo por duas perspectivas que se articulam: a sua formação e a sua construção. A primeira é entendida como o “[...] esforço mais ou menos consciente de criar um aparelho de controle [...]” (HIRATA, 2014, p. 96). Neste caso, se deu pela modificação de dois instrumentos de ação governamental: a nova arquitetura institucional; e uma série de programas com “[...] novas técnicas de aferição, mensuração e identificação da questão da ordem pública, cuja instrumentação se operacionaliza através da ocupação do espaço urbano e a territorialização da atuação das forças policiais” (HIRATA, 2014, p. 96). A operação “Choque de Ordem” é um desses programas, sendo assim apresentado pela prefeitura:

A desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. Como uma coisa leva a [sic] outra, essas situações banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas. Com o objetivo de pôr um fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos nos principais corredores [...], foi criada a Operação Choque de Ordem. São operações realizadas pela recém-criada [sic] Secretaria de Ordem Pública, que em um ano de existência vem conseguindo devolver à [sic] ordem à cidade (CHOQUE..., 2009).

A construção é definida como “[...] o processo histórico amplamente inconsciente e contraditório de conflitos, negociações e compromissos entre diversos grupos” (HIRATA, 2014, p. 96). Farias (2016) evidencia como esta política de ordenamento é construída pelas interações entre agentes públicos e sociedade civil. A mediação desses atores faz com que essas políticas se manifestem, na prática, de maneira flexível em função de outras variáveis. A atuação da SEOP não ficou restrita às áreas de praia. A secretaria tem agido de forma mais ou menos regular na cidade, principalmente nos bairros da Zona Sul e em sua “paisagem turística”, sendo possível observar que a fiscalização da atuação dos ambulantes tem recebido especial atenção.

A lei que regulamenta o comércio ambulante, nº 1876/1992, foi promulgada logo após a Eco-92, no final do mês em que ocorreu o evento. Define comércio ambulante como “[...] atividade profissional temporária, exercida por pessoa física em logradouro público [...] com ou sem emprego de tabuleiro ou outro apetrecho permitido [...], apregoando suas mercadorias” (RIO DE JANEIRO, 1992, p. 1). Os habilitados a solicitar a licença são: pessoas com deficiência, carentes nos termos da lei e quem já exercia a atividade na data de sua promulgação. O único entrevistado que possuía uma licença era Marcos. Embora estivesse em situação irregular, pois alugava-a, o que é proibido em lei (já que pessoal e intransferível), não relatou qualquer problema com os fiscais. Marilene usa seu protocolo que, segundo ela, teria o status de “quase-licença” e evitaria a fiscalização. Flexibilidade que o fiscal entrevistado negou existir, tratando-se apenas de um documento probatório do pedido. Conversando com os entrevistados e com outros vendedores, pude constatar que alguns deles de fato são licenciados. No entanto, há uma presença importante de trabalhadores sem licença que, mesmo sob a ameaça de controle, não se sentem visados. Além disso, várias infrações previstas em lei são negligenciadas sem que os ambulantes sofram qualquer penalidade, tais como: “[...] não manter, em local visível, a tabela de preços dos produtos; [...] comercializar produtos proibidos; [...] uso de

caixotes como assento ou para exposição de mercadoria sobre o passeio; [...] prejuízo do fluxo de pedestre na calçada [...]” (RIO DE JANEIRO, 1992, p. 13).

Embora haja uma variedade de situações distintas daquelas dispostas em lei, observa-se um tratamento diferencial em relação a esses trabalhadores. O tipo de comércio mais perseguido pelo controle governamental é o shopping-chão. Vale observar que isto se dá independentemente da variedade de mercadorias vendidas e do retorno financeiro. Evidencia-se, assim, que a aplicação das políticas de ordenamento não segue indistintamente uma racionalidade burocrática, a partir da qual todos os indivíduos seriam tratados dentro de uma noção de igualdade de direitos. A cidadania dos atores investigados parece sofrer uma flexibilidade em função, pelo menos, da modalidade de venda e tipo de mercadoria. Durante a fiscalização que presenciei, apenas os shoppings-chão foram controlados ou tiveram suas mercadorias retiradas, além de terem estas últimas reduzidas ao status de mero lixo.

Uma primeira hipótese seria atribuir este comportamento ao fato de que estes itens, por serem usados, gozam de pouca ou nenhuma valorização. No entanto, não só há compradores, como outros tipos de mercados de “segunda mão”, como lojas de antiguidades, móveis e brechós disfrutam de maior status. Estes últimos, vêm ganhando relevância nos circuitos de moda da cidade, atribuindo significados melhor situados a termos como reutilização e até ao verbo “garimpar” (FLU, 2014). A própria Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010), estabelece não só “[...] o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania”, como tem por objetivo a “[...] integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis [...]”, buscando “[...] mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos” (BRASIL, 2010). O “garimpo” de artigos que seriam descartados concede-lhes outros usos e valorações, gera renda para os vendedores e diminui o volume de resíduos a serem destinados. O que então provocaria tal distinção na atuação governamental? O que estaria na origem desta ambiguidade que não reconhece nem a atividade de shopping-chão como geradora de renda e sua função social, nem os itens vendidos como mercadoria? Que dispositivos operam na atribuição de sentidos como ordem e desordem, limpeza e sujeira, legal e ilícito? Na sequência, será analisado como uma certa ordem social é (re)produzida nas práticas dos atores envolvidos, além das representações que são mobilizadas para justificar e legitimar esta ordem.

3. Construindo a ordem: o campo das posições sociais e suas representações

Jussara Freire (2014), em artigo sobre moradores de classe média do Rio de Janeiro, aponta para gradações de cidadania na cidade. Através de discursos de camadas médias da população, portadoras de moralidades e sociabilidades próprias, seriam acionados recursos morais que legitimariam as segregações espaciais e certa ordem constituída. Outras parcelas, especialmente moradores de favelas, teriam sua cidadania e direitos não plenamente reconhecidos. Haveria, assim, uma fragmentação “[...] para uma cidadania de geometria variável, caracterizada pelo 'abandono do postulado que define a própria noção de cidadão: a univocidade da cidadania e, portanto, do conjunto de direitos/deveres, sobre um dado território nacional” (FREIRE, 2014, p. 372).

Nessa gradação, as classes médias e altas gozariam de um status e um “princípio de humanidade” garantidos de antemão, que não seria nem questionado, nem degradado. Diferentemente dos moradores dos “territórios da pobreza”, enquadrados em categorias de cidadãos que variam até a desqualificação completa de seu estado de humano. Esta classificação referenciada, que a autora conceitua a partir da noção de cidadania de geometria variável, “[...] corresponde a uma cidadania que se modifica segundo hierarquias de poder tácitas, mas informalmente consolidadas, variáveis e sempre situadas, com forte influência sobre o entendimento e a prática das regras institucionais” (FREIRE, 2014, p. 373). Desta forma, os indivíduos, independentemente da categoria em que se encontram, reconhecem-se uns aos outros dentro dessa hierarquia de poder constitutiva da formação social e cultural brasileira. No espaço urbano, essa hierarquia se expressa por um “[...] dentro e um fora; regulam os percursos desses atores [...] a partir das definições situadas de fronteiras e checkpoints [...] e apresentam parte das moralidades de um mapa prático [...]” (FREIRE, 2014, p. 373).

Os vendedores dos shoppings-chão, em sua maioria, pertencem às camadas sociais menos favorecidas. Pude observar no campo pessoas em situação de rua, de comunidades do entorno ou morando em conjugados ou pequenos apartamentos. Apesar de certa pluralidade entre estes atores, como se pode ver nas entrevistas, uma vez inseridos na mesma categoria, partilham da conseqüente degradação de suas cidadanias, que se manifesta na desqualificação da atividade e do caráter de mercadoria dos objetos. Esta regra informal, uma vez consolidada, influencia os entendimentos e as práticas institucionais que, neste campo, se traduzem pelo maior rigor e controle dos fiscais.

Segundo Freire, a geometria variável reproduz sem grandes comoções sociais a profunda desigualdade social e política, sendo marcada pelas distribuições desiguais de capitais econômicos e simbólicos, operando também, interseccionalmente, as discriminações raciais e de gênero. Pierre Bourdieu (2013) aponta para a dupla existência da classe social na forma destas duas objetividades que interagem, propriedades materiais e capital simbólico, gerando uma distribuição com diferentes posições no espaço social. Embora haja autonomia relativa das representações e classificações, elas já levam em conta e tendem a espelhar a distribuição. O que contribui para a reprodução desta última e das posições de poder. Os agentes reconhecem e têm suas atividades e mercadorias reconhecidas de maneira distinta, tratando-se de um reconhecimento no “duplo sentido do termo”: do valor de ambos; e de suas posições na distribuição. Pessoas detentoras de maiores propriedades materiais e capital simbólico obtém, tanto em suas atividades, quanto nos objetos usados que comercializam, um reconhecimento melhor situado. Assim, um brechó incluído no circuito da moda é reconhecido por seus pares pois é revestido por um “[...] valor distintivo em função de um princípio socialmente determinado de pertinência [...]” (BOURDIEU, 2013, p. 111). Esta diferença reconhecida e aceita como legítima, se traduz em um capital simbólico, os agentes envolvidos obtendo, assim, um “lucro de distinção”. Conforme Bourdieu, para

[...] uma prática ou uma propriedade funcionar como símbolo de distinção basta que seja posta em relação a qualquer uma das práticas ou das propriedades que lhe são praticamente substituíveis num

certo universo social; portanto, que seja recolocada no universo simbólico das práticas e das propriedades que, funcionando na lógica específica dos sistemas simbólicos, a das separações diferenciais, retraduz a diferenças econômicas em marcas distintivas, signos de distinção ou em estigmas sociais (2013, p. 112).

Assim, os objetos tornam-se “[...] signos de reconhecimento que significam e valem por todo o conjunto de lacunas e distâncias [...] em relação às outras propriedades – ou não propriedades” (BOURDIEU, 2013, p. 112). As mercadorias dos shoppings-chão podem adquirir, aos olhos de certos grupos e agentes do governo, o caráter de não propriedade, reduzidas a lixo. As barracas em mercados populares, como os da Praça XV, podem até desfrutar de uma melhor posição. Mas basta uma pessoa melhor situada na distribuição de propriedades “garimpar” uma peça de roupa nestes mercados e vendê-la em seu brechó para que o mesmo objeto obtenha maior reconhecimento. Ela obterá um lucro de distinção, espelho de sua posição privilegiada na distribuição. O mesmo pode ocorrer entre vendedores do shopping-chão ou com pessoas em posições ainda menos favorecidas. Como pode-se observar na entrevista com Cláudia, que conta ter comprado uma torradeira de uma pessoa em situação de rua e que ela revenderá por uma quantia bem superior.

Bourdieu afirma que o “[...] desconhecimento dos fundamentos reais das diferenças e dos princípios de sua perpetuação é o que faz com que o mundo social seja percebido não como o espaço do conflito ou da concorrência entre grupos de interesses antagônicos, mas como ‘ordem social’” (2013, p. 113). A ex-vereadora Leila do Flamengo representa bem estes agentes na busca pela manutenção de uma ordem social hegemônica. Para tanto, traçam os limites do tolerável e afastam os indesejados, portadores da desordem, da sujeira, do perigo. Ela apresentou diversos projetos de lei que oferecem uma perspectiva de sua atuação. Projeto para criação, em galpão da zona portuária, do “Recanto dos Travestis”, para que tenham “[...] a chance de poder trabalhar, sem incomodar os moradores [...] do bairro da Glória [...] que têm seus imóveis desvalorizados em razão da degradação provocada no local pela prostituição [...]” (RIO DE JANEIRO, 2008). Criação de áreas de proteção ambiental em morros próximos às áreas nobres da Zona Sul, a fim de conter “[...] a expansão de favelas em áreas de vegetação nativa, que provocam desmatamento [...] bem como a poluição em função do crescimento desordenado” (RIO DE JANEIRO, 2001). Obrigatoriedade da anuência de pelo menos setenta por cento dos moradores do logradouro em que se situam para instalação e continuidade de feiras livres na Zona Sul, que gerariam sujeira (RIO DE JANEIRO, 2004). A maioria dos projetos citados ou foram arquivados, ou vetados integralmente por vícios de inconstitucionalidade, ilegalidade ou inconveniência. Duas ideias surgem com alguma regularidade: a da sujeira e a do transtorno à ordem provocados por elementos indesejados, cujas cidadanias são alvo de diferentes níveis de rebaixamento. Para a ex-vereadora, pessoas transgênero degradam o bairro e incomodam os habitantes; moradores de favelas desmatam, poluem e provocam desordem; feirantes geram sujeira e transtornos.

Se sujeira e desordem aparecem com frequência nesses discursos, é porque, para Mary Douglas, “[...] o impuro é o que não está no seu lugar [...], é aquilo que não pode ser incluído se se

quiser manter esta ou aquela ordem” (1991, p. 55). Segundo a autora, a impureza é percebida como uma ofensa à ordem e a tentativa de eliminá-la ou evitá-la é a tradução de um esforço positivo de reordenamento de acordo com uma ideia, procurando impor uma unidade à experiência. Os elementos e experiências díspares são classificados e a eles são atribuídos valores simbólicos; exagera-se as diferenças a fim de se criar uma aparência de ordem, reforçando por contraste a unidade e suas fronteiras; e excluindo deste conjunto o que lhe parecer anômalo. Essas “anomalias” são portadoras de ambiguidades, podendo-se lançar mão de estratégias para lidar com elas: reduzir a ambiguidade, optando por uma ou por outra das interpretações possíveis; controlar sua existência; estabelecer uma regra que obriga a evitá-la, reforçando e confirmando as definições com as quais ela não se coaduna; qualificá-las como perigosas, furtando à discussão, em um grau mais elevado de conformismo (DOUGLAS, 1991). Estas dinâmicas podem ser observadas na atuação e discursos das camadas médias e agentes públicos em relação aos ambulantes, feirantes, pessoas transgênero e moradores de favelas. Quanto ao shopping-chão, esse tipo de comércio “cria incontestavelmente desordem pela revenda daquilo que já foi tratado como lixo, a transformação da rua em espaço de sociabilidade e de atividades econômicas pelos não residentes” (MILLIOT, 2013, p. 122, tradução nossa). Para a antropóloga Virginie Milliot (2013) que analisou uma categoria de vendedores muito similar à do shopping-chão em Paris, denominados *biffins*, esse tipo de mercado torna visível, corporifica a pobreza e a miséria que grupos mais favorecidos, ou não querem perceber a existência, ou têm medo de contaminação e de sofrerem uma “desclassificação”.

Através destas representações, esses agentes reduzem a ambiguidade entre mercadoria e lixo, optando pela segunda interpretação; controlam a existência da anomalia, retirando os vendedores e os objetos das ruas. O discurso oficial, a ação de Marcelo Maywald e de Leila relacionam a “desordem” gerada por vendedores de rua à insegurança e criminalidade. As críticas no grupo de moradores visam principalmente os shoppings-chão e apelam a ideias de ilegalidade, venda de produtos roubados e prática de crimes. Os feirantes também são associados a interpretações de desordem, sujeira, feiura e odores ruins. Em um dos casos observados no grupo, um dos usuários publicou uma foto com duas mulheres negras organizando caixotes com verduras. A legenda indagava: “O que está em desacordo com esta linda foto?”. Este caso evidencia que a questão racial é também um forte componente das operações de classificação na sociedade brasileira. Através do racismo, degrada-se cotidianamente a cidadania de grande parte dos habitantes da cidade. No caso observado, o usuário reclamava que a presença delas deixava a imagem/paisagem “feia”, estratégia escolhida para tratar uma “anomalia” para certa parcela das classes médias e altas: a presença de pessoas negras nos bairros nobres da cidade.

Os habitantes também reclamam dos “ilegais”. Em função da flexibilidade apontada em relação àqueles que possuem ou não uma licença e a forma como são distintamente reconhecidos e fiscalizados, há uma boa probabilidade de que esta tentativa de identificação incorra em erros. Assim, a atribuição a um vendedor das marcas de ilegalidade, ilicitude, sujeira ou falta de valor estético parece se dar muito mais em função da classificação que este sofre dentro do espaço de possibilidades do campo das posições sociais. Outra discussão no grupo ilustra bem esta flexibilidade. Um participante

questiona um crítico da presença dos shoppings-chão quanto ao uso da calçada por um bar de esquina. Este último costuma “inundar” o lugar com cadeiras e mesas, atrapalhando a passagem, mas não há mobilização contra sua presença no bairro. Uma usuária chega a dizer que felizmente existe aquele bar, único espaço “civilizado no caos da Glória”, “onde se pode ouvir um jazz”, “uma ilha de beleza em um oceano de feiura”.

4. Ambulantes, moradores e agentes públicos: ordens e sociabilidades

Se, no discurso oficial, observa-se um apelo muito forte à ideia de “ordem”, Patrícia Farias (2016) aponta para a coexistência de duas ordens, a da sociabilidade local e a do poder público. O Estado decide impor certa noção de ordem que, na prática, se dá pela interação entre as subjetividades dos agentes públicos e grupos vivendo nos territórios, resultando em uma realidade distinta dos objetivos oficiais. De fato, diversas ordens coexistem neste campo. Entre os vendedores, independentemente de serem licenciados ou não, a organização é sempre negociada, sem haver um responsável ou hierarquia. Mesmo aqueles que possuem licença, cujo local fixo é estabelecido pela prefeitura, afirmaram que o uso do espaço é fruto de arranjos entre todos, buscando o respeito não só aos limites entre as barracas, mas havendo também certa ética da concorrência. Esta se manifesta na conduta de não vender produtos iguais ao do vizinho e não se “canibalizarem” (evitar uma competição de preços). Em suma, observa-se

[...] que há dois significados diferentes em operação – um diz respeito à noção de ordem como algo tradicionalmente instituído a partir da sociabilidade local; outro, relacionado à nova ordem do Choque, recém-estabelecida pelo poder público naquele local. [...] uma “ordem” calcada na segmentação e na organização social de frequentadores, trabalhadores e demais moradores da cidade, e uma “ordem” calcada em diretrizes das instituições do poder público ligadas à área da segurança pública (FARIAS, 2016, p. 181).

A ordem que a prefeitura vem impondo tem um caráter de “combate à outra ordem” (FARIAS, 2016), aquela estabelecida pelas sociabilidades entre vendedores e usuários das calçadas. Ordem que, pelos depoimentos dos entrevistados, parece permitir o funcionamento desta organização tão plural. A relação dos vendedores com o território é diversa. No caso dos portadores de licença, a ação da prefeitura como reguladora do espaço público é preponderante, atuando na produção de áreas onde potencialmente haverá a presença desses comerciantes, formando “manchas”. José Guilherme Magnani define as manchas como “[...] áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante” (2002, p.22). Nas entrevistas, ao questionar sobre a motivação de estarem naquele local, foi relatado com frequência certo caráter complementar dos comércios, um atraindo fregueses que acabam consumindo também nos outros próximos. Forma-se, assim, “[...] pontos de referência para a prática de determinadas atividades [...]”, mais estáveis “[...] tanto na paisagem como no imaginário” (MAGNANI, 2002, p. 22-23). Essas manchas são também permeadas por circuitos. Pude observar os circuitos dos shoppings-chão e do “garimpo”. Ainda segundo Magnani,

A noção de circuito também designa um uso do espaço e de equipamentos urbanos – possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos –, porém de forma mais independente com relação ao espaço [...], como ocorre na mancha ou no pedaço. Mas tem, igualmente, existência objetiva e observável: pode ser levantado, descrito e localizado (2002, p. 24).

No caso do shopping-chão, estes vendedores transitam frequentemente entre as manchas formadas no território. Pude identificar algumas: a da Rua Riachuelo, Rua da Glória, Rua da Lapa, do Catete, Largo do Machado, Praça XV, feira da Glória. Estas manchas são cruzadas pelos circuitos dos “garimpos” e de vendedores transitando entre elas. O circuito do “garimpo” de Cláudia, por exemplo, liga manchas de descarte de objetos de uma população melhor posicionada socioeconomicamente, nos bairros de Copacabana e Botafogo, às manchas de shoppings-chão já citadas. Esses fluxos formam redes interligando uma pluralidade de atores, permeadas pelo espaço urbano, onde vão se formando nós materializados na presença destes comerciantes. Outra noção pertinente ao shopping-chão é a dinâmica de códigos-território. Pude notar certa pluralidade nas origens e motivações desses trabalhadores, que transitam com mais frequência entre manchas dessa atividade, usando certo “código shopping-chão”. Em função da marginalidade em que se encontram, devem passar por uma desterritorialização dos códigos ditos “normais” e uma consequente reterritorialização nos códigos marginais. Ao decidir por esta modalidade, há um ato de transgressão, não só do trabalho na rua, mas da associação com o lixo e o estigma decorrente. “O ato da transgressão, seu salto à exterioridade ou a certa relativa exterioridade da ordem, marca o desencadeamento de uma nova codificação” (PERLONGHER, 1993, p. 58). Há, dessa forma, uma reordenação de códigos, muito evidenciada na entrevista com Margarete.

5. Conclusão

A construção das redes de sociabilidade se dá através das ações dos atores, realizando rearranjos constantes dos agrupamentos. Assim, revelam que não há grupos, mas formação de grupos (LATOURET, 2012), resultado da agência permanente de diversos atores atuando em redes, construindo o mundo social. Segundo Latour, os agregados sociais não são objeto de uma definição ostensiva, mas performativa, sendo que “[...] a regra é a performance e aquilo que tem que ser explicado, a exceção perturbadora” (2012, p. 59-60). As perturbações e controvérsias seriam traços deixados pelas formações de grupos. As fronteiras entre agrupamentos e as controvérsias seriam fontes de material de pesquisa. Desta maneira, as tensões geradas pela ampliação da ação governamental nas políticas de ordenamento e controle podem ser relevantes fontes de informação para a apreensão das dinâmicas urbanas.

Pode-se pensar o espaço urbano como um emaranhado de redes sobrepostas: redes simbólicas, de circulação do capital, de sociabilidades, de poder; em certos nós dessas redes, formam-se manchas, atravessadas por circuitos e trajetos. Essas sobreposições, no entanto, estão em um constante rearranjo provocado pelas interações entre seus construtores, sobre uma malha arquitetônica-urbanística que, ao mesmo tempo em que propõe rotas, suportes e obstáculos, é também

modificada pela presença ou ausência desses atores. Este dinamismo gera “[...] conflitos, disputas, acusações, momentos de descontinuidade em geral [...]” que evidenciam as fronteiras e os fluxos que permeiam a cidade, que “[...] ajuda-nos a iluminar [...] os mecanismos de conservação e dominação existentes” (VELHO, 1978, p. 131-132). Para compreender esta complexidade de relações, pode-se pensar nos atores e instituições como mediadores. No sentido de Latour, os mediadores “[...] transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam. [...] Um mediador, apesar de sua aparência simples, pode se revelar complexo e arrastar-nos em muitas direções que modificarão os relatos contraditórios atribuídos a seu papel” (2012, p. 65). As políticas e agentes públicos podem ser vistos, assim, como mediadores das redes de sociabilidade. Vimos como a formatação de um novo design institucional, com a criação da SEOP, produziu “[...] uma gestão dos espaços e das populações que atua fortemente sobre os conflitos sociais como matéria de segurança pública” (CARDOSO; HIRATA, 2016, p. 124). A mediação política se dá também pelo planejamento urbano, pelas políticas habitacionais e de mobilidade, além da própria malha arquitetônica-urbanística.

Para concluir, conforme Farias aponta, “[...] a noção de esfera pública deve ser situada dentro do campo do debate sobre representações e práticas políticas coletivas, da construção de consensos a respeito de ações que afetem a vida dos grupos em sociedade” (2016, p. 182). Para a autora, a questão que se põe é qual grau de diálogo será possível entre os diferentes agentes e suas “ordens”. Assim, o que está em disputa na atuação governamental é o direito à cidade, que envolve os limiares entre esferas públicas e privadas. Nesta disputa, identificar e explicitar os mecanismos que atuam sobre a cidadania e os direitos dos habitantes é fundamental para que as hierarquias de poder não continuem a ser percebidas e reconhecidas como inerentes à nossa formação. 🌐

* O autor, à época da submissão, cursava o 6º período do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Artigo realizado como avaliação final de disciplina ministrada pela professora Julia O’Donnell. E-mail: venancio.batalhone@gmail.com.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Vigar e Unir: a Agenda da Sustentabilidade Urbana?. **VeraCidade** (Salvador. Online), v. 2, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos – CEBRAP**, n. 96, p. 105-115, 2013.

BRASIL. Lei nº 12305/2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, 2010.

CARDOSO, Bruno; HIRATA, Daniel. Coordenação como tecnologia de governo. **Horizontes Antropológicos**, v. 22, n. 46, p. 97-130, 2016.

CHOQUE de Ordem: Um fim a [sic] desordem urbana. **Prefeitura do Rio de Janeiro**. 2009. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>. Acesso em: 23 ago. 2018.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa: Editora Edições 70, 1991.

FARIAS, Patrícia S. de. Um “choque de ordens”: uma análise sobre o controle do espaço público na orla carioca. **Brasilianas** – Journal for Brazilian Studies, v. 4, n. 2, p. 163-190, 2016.

FLU, Ferreira. Os 5 brechós mais bacanas do Rio de Janeiro. **Diário do Rio**. 2014. Disponível em: <https://diariodorio.com/os-5-brechos-mais-bacanas-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 23 ago. 2018.

FREIRE, Jussara. Sociabilidades de grades e cadeados e ordem de tranquilidade: da cidadania dos adimplentes à “violência urbana” em condomínios fechados da Zona Oeste do Rio de Janeiro. *In*: P. Birman; M. P. Leite; C. Machado; S. de S. Carneiro (orgs.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

HIRATA, Daniel. Comércio ambulante no Rio de Janeiro e em São Paulo: grupos de poder e instrumentos contemporâneos de governo. *In*: P. Birman; M. P. Leite; C. Machado; S. de S. Carneiro (orgs.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social: Uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: Editora Edufba, 2012.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MILLIOT, Virginie. Indignations et mobilisations autour des marchés de la pauvreté à Paris. *In*: **Les Annales de la recherche urbaine** – Figures nouvelles, figures anciennes du commerce en ville, n. 108, p. 116-127, 2013.

PERLONGHER, Néstor. Territórios Marginais. *In*: A. Lancetti (org.), **SaúdeLoucura 4** – Grupos e Coletivos. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 1876/1992. **Prefeitura do Rio de Janeiro**. 1992. Disponível em: http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/19336Lei%201876_1992.pdf. Acesso em: 30 ago. 2018.

_____. Projeto de Lei nº 428/2001. **Prefeitura do Rio de Janeiro**. 2001. Disponível em: http://www.camara.rj.gov.br/spl/spl_tramit_proj_assunto.php?id=14633. Acesso em: 30 ago. 2018.

_____. Projeto de Lei nº 1911/2004. **Prefeitura do Rio de Janeiro**. 2004. Disponível em: http://www.camara.rj.gov.br/spl/spl_tramit_proj_assunto.php?id=1172. Acesso em: 30 ago. 2018.

_____. Projeto de Lei nº 1696/2008. **Prefeitura do Rio de Janeiro**. 2008. Disponível em: http://www.camara.rj.gov.br/spl/spl_tramit_proj_assunto.php?id=16881. Acesso em: 30 ago. 2018.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In*: E. de O. Nunes (org.), : objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.